



Secretaria de Estado da Educação

# CLIPPING

06 de maio 2015



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

**Veículo:** Diário Catarinense

**Editoria:** Notícias

**Data:** 06/05/2015

**Assunto:** Greve

**Página:** 11

# DIÁRIO CATARINENSE

## Plano de ação vai organizar recuperação de aulas perdidas em Santa Catarina

**MÔNICA FOLTRAN**

monica.foltran@diario.com.br

**O**s professores em greve em Santa Catarina terão que apresentar um plano de reposição das aulas à diretoria de cada escola após o término da paralisação que já dura 44 dias. A informação é da Secretaria de Estado de Educação. O plano deverá ser avaliado e homologado pelas gerências regionais. A greve afeta escolas estaduais em todas as regiões. De acordo com o sindicato dos professores (Sinte-SC) a adesão é de 30%. Para a secretaria es-

tadual, são cerca de 10%, ou seja, no mínimo são em torno de 3 mil professores parados.

No maior colégio de Santa Catarina, o Instituto Estadual de Educação, por exemplo, cerca de 50% dos professores do 6º ano ao Ensino Médio aderiram à paralisação, enquanto os demais não conseguem dar aulas por falta de alunos.

– Como temos alunos de muitas regiões, fica difícil pra eles virem ter uma ou duas aulas. Os professores que não estão em greve vêm para dar aula, mas os alunos não – explica o coordenador-geral do IEE em Florianópolis, Vendelin



Como temos alunos de muitas regiões do Estado, fica difícil para eles virem para uma ou duas aulas. Os professores que não estão em greve vêm para dar aula, mas os alunos não.

**VENDELIN BORGUEZON**

Coordenador do Instituto de Educação

Santo Borguezon.

Está marcado para hoje, em frente a Assembleia Legislativa em Florianópolis, um ato de protesto pedindo o retorno das negociações com o gover-

no do Estado. No local desde o dia 28 de abril, os professores reivindicam a elaboração do Plano de Carreira da categoria, com a aplicação do piso nacional e discussão sobre a regência de classe. O governo estadual já fez propostas rejeitadas pela categoria.

Uma assembleia do Sinte-SC chegou a ser marcada para hoje, mas foi cancelada pelo comando de greve. Os sindicalistas querem garantias por parte do governo antes de encerrar a greve. A coordenação do Sinte/SC diz que professores devem continuar acampados na Assem-

bleia Legislativa.

Cerca de 40 professores de Santa Catarina participaram de uma manifestação em Curitiba, no Paraná, ontem.

### MANIFESTAÇÃO NO PARANÁ

Eles se mobilizaram em apoio aos servidores do Estado vizinho que protestam contra o governo paranaense. Em frente à Assembleia Legislativa do Paraná, um ato reuniu 20 mil pessoas. As manifestações também foram um repúdio à violência ocorrida há uma semana.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

**Veículo:** Notícias do Dia

**Editoria:** Paulo Alceu

**Data:** 06/05/2015

**Assunto:** Greve

**Página:** 31

# Notícias do Dia

## Carimbo

A região onde a greve dos professores está tendo maior adesão é no Sul, com praticamente 35%. Outro local com participação considerável é a Capital, alcançando 30%, e nas demais regiões não ultrapassa 10%. Mesmo assim, está fazendo um estrago. Para o sindicato, trata-se de uma resistência...



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

**Veículo:** Notícias do Dia

**Editoria:** Paulo Alceu

**Data:** 06/05/2015

**Assunto:** Protestos

**Página:** 31

# Notícias do Dia

### Limite

Até que ponto a ocupação da Assembleia pelos professores grevistas, fazendo do hall uma espécie de dormitório permanente, tem efeito prático na defesa da categoria? Não deixa de ser uma forma de pressão, quando há desencontro de posições entre o governo e o Sinte. Mas para tudo há limites. À tarde, pessoas tirando uma soneca. Pela manhã, casais dormindo de "conchinha". Até onde se sabe, estão ali "acampados" professores, ou não?



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

**Veículo:** Notícias do Dia

**Editoria:** Paulo Alceu

**Data:** 06/05/2015

**Assunto:** Negociações

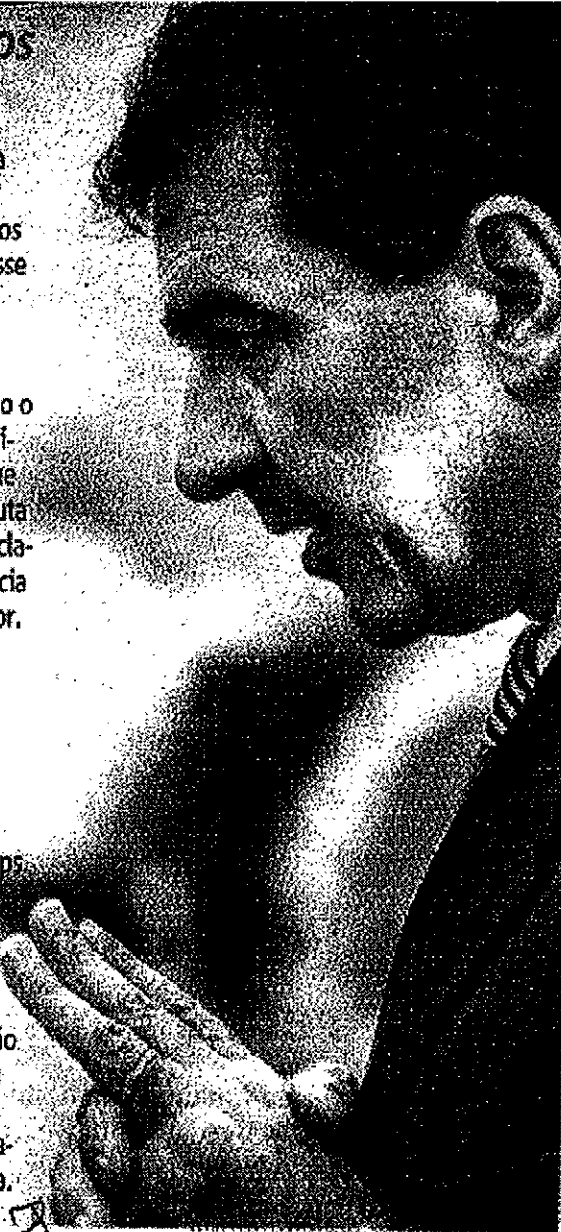
**Página:** 31

# Notícias do Dia

### *Dois momentos*

1º – O presidente do PMDB, Valdir Cobalchini, não menosprezando a Secretaria da Educação, deixou claro que nem o partido e muito menos a bancada trataram sobre esse assunto oficialmente. “Não existe. Pode até alguém ter se colocado interessado em assumir a secretaria, mas não o PMDB. E não estamos conspirando contra ninguém. O que queremos é o diálogo. A pauta é ampla...” Deu a entender, claramente, que há uma distância entre o PMDB e o governador.

2º – Em relação à greve dos professores, o deputado Cobalchini pediu ontem uma reunião com o chefe da Casa Civil, Nelson Serpa, e o secretário Eduardo Deschamps. Para o presidente do PMDB, está faltando habilidade do governo para acabar com a greve. Considera que falta mais imposição, determinação e ousadia. O deputado frisou também que o governo não está sendo explícito para estabelecer uma confiança mútua.





## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

|                                    |                           |                         |
|------------------------------------|---------------------------|-------------------------|
| <b>Veículo:</b> Folha de São Paulo | <b>Editoria:</b> Educação | <b>Data:</b> 06/05/2015 |
| <b>Assunto:</b> Fies               |                           | <b>Página:</b> Online   |

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL \* \* \* WWW.FOLHA.COM.BR

# FOLHA DE S.PAULO

### **STF deve decidir nesta quarta mérito da liminar sobre novas regras do Fies**

O STF (Supremo Tribunal Federal) deve decidir nesta quarta-feira (6) o mérito da liminar do ministro Luís Roberto Barroso, que validou a comprovação de desempenho mínimo no Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) em novos contratos do Fies (Fundo de Financiamento Estudantil).

De acordo com a decisão de Barroso, estão mantidas as regras para renovação do fundo. Semana passada, além de validar os critérios para novos contratos, Barroso entendeu que a regra não pode ser exigida de alunos que pediram a renovação do contrato.

Desde março, o MEC (Ministério da Educação) exige média igual ou superior a 450 pontos e nota na redação diferente de zero no Enem como critério para conceder o financiamento em instituições de ensino superior. A questão foi levada ao STF pelo PSB, que arguiu a validade de duas portarias que estabeleceram as pontuações.

Após a decisão, o PSB entrou com embargo de declaração para que o Supremo esclareça se o cumprimento do desempenho no Enem vale para inscrições feitas até o dia 29 de março, quando a regra começou a vigorar.

O prazo para adesão ao Fies terminou na quinta-feira (30). A renovação de contratos antigos pode ser feita até 29 de maio. Na sexta-feira (1º), a Justiça Federal do Mato Grosso determinou a prorrogação do prazo de inscrição para novos contratos.

Na decisão, o juiz federal Raphael Cazelli de Almeida Carvalho aceitou pedido da Defensoria Pública, estabelecendo a dilação do prazo de inscrição por tempo indeterminado para alunos que tentavam ingressar no programa pela primeira vez e a correção do funcionamento do SisFIES, que apresentou falhas.

Na segunda-feira (4), o MEC informou que recorrerá da decisão e que não há recursos para custear novos contratos e renovação de antigos financiamentos.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

|                                    |                           |                         |
|------------------------------------|---------------------------|-------------------------|
| <b>Veículo:</b> Folha de São Paulo | <b>Editoria:</b> Educação | <b>Data:</b> 06/05/2015 |
| <b>Assunto:</b> Artigo             |                           | <b>Página:</b> Online   |

EM JORNAL ATRIBUÍDO DO BRASIL \* \* \* WWW.FOLHA.COM.BR

# FOLHA DE S. PAULO

## Lições da educação infantil

De uns 15 anos para cá, passamos a ter boas escolas de educação infantil. Antes disso, já tínhamos algumas, aqui e acolá, que respeitavam a primeira infância, ouviam as crianças, reconheciam sua potência de aprendizagem no ato de brincar e não as separavam por idade ou data de fabricação, como diz Ken Robinson, britânico estudioso da educação e inovação.

Esse número passou a se multiplicar devido a influências teórico-metodológicas e de experiências em escolas pelo mundo. Por isso, hoje, já é possível encontrar uma escola para crianças com menos de seis anos em que o currículo não seja apenas um elenco de conteúdos, em que o ato de brincar seja a principal atividade para a criança, em que não haja uma profusão de brinquedos prontos e em que haja professores com formação contínua e em serviço.

Está certo que, em relação ao número de creches e de escolas de educação infantil que temos no país, essas ainda são minoria, mas já é uma boa notícia saber que elas existem.

Nessas escolas, as crianças aprendem a se concentrar porque a brincadeira exige isso e porque elas participam ativamente da escolha da brincadeira, seja em grupo, seja pessoalmente. Aprendem também a fazer perguntas e a pesquisar para buscar respostas, a exercitar sua criatividade, a colocar a mão na massa em tudo. Atenção: na massa e não, necessariamente, na massinha.

Os alunos aprendem, também, a conviver: os professores aproveitam todas as ocasiões para dar oportunidades de a criança aprender a ver e a considerar o seu par, a esperar a sua vez, a simbolizar em palavras o que sente e pensa, a viver em grupo e a ser solidária.

É uma pena que as escolas de ensino fundamental e médio não tenham humildade para olhar com atenção para as de educação infantil e aprender com elas. Há uma hierarquia escolar espantosa, caro leitor: as escolas de graduação pensam que praticam um ensino "superior"; as de ensino médio se consideram mais especializadas no conhecimento sistematizado do que a escola de ensino fundamental; e todas pensam que a de educação infantil não exige conhecimento científico.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Para você ter uma ideia de como isso se materializa, dou um exemplo: uma professora que trabalhava na educação infantil da rede pública que é comprometida, estudiosa e pesquisadora, ouviu, na avaliação final do ano passado, de sua diretora: "É um desperdício você ficar na educação infantil". Foi transferida para o ensino fundamental.

As escolas de ensino fundamental e médio precisam se inspirar nas de educação infantil e não deixar o aluno ser totalmente passivo em sua aprendizagem: ele precisa, para se motivar, fazer algumas escolhas.

O aluno que participou, de alguma maneira, da escolha do que deve estudar e aprender e do modo de fazer isso não se distrai com tanta facilidade. E é bom lembrar que uma das maiores queixas em relação aos alunos é exatamente a falta de atenção, de foco e de concentração.

Precisam também reconhecer que aprende mais quem pratica o que deve aprender. Como eu já disse: mão na massa! Ninguém merece ficar horas em aulas expositivas ou arremedos de trabalho em grupo.

O que as famílias têm a ver com isso? Tudo! Quando a sociedade questionar verdadeiramente a organização escolar atual, certamente teremos mudanças. Mas, até agora, vemos mais conformismo e adesão do que questionamentos, não é verdade?





## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

|                      |                           |                         |
|----------------------|---------------------------|-------------------------|
| <b>Veículo:</b> G1   | <b>Editoria:</b> Educação | <b>Data:</b> 06/05/2015 |
| <b>Assunto:</b> Fies |                           | <b>Página:</b> Online   |



## VESTIBULAR E EDUCAÇÃO

### **OAB pede a Dilma para ampliar verba e permitir novas inscrições no Fies**

*Entidade cogita ação na Justiça caso decisão judicial seja descumprida.  
Justiça determinou retomada de inscrições; MEC alega não ter recursos.*

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcus Vinícius Coelho Furtado, informou nesta terça-feira (5) que entregou um ofício nesta manhã na Presidência da República pedindo à presidente Dilma Rousseff a destinação de mais verbas neste ano para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

O objetivo é garantir o cumprimento de uma decisão da Justiça Federal de Mato Grosso que determinou a reabertura do Fies para novos contratos, por tempo indeterminado.

Nesta segunda (4), antes mesmo de ser notificado da decisão, o ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, disse que iria recorrer, mas afirmou que a pasta já esgotou os R\$ 2,5 bilhões previstos para novos contratos pelo programa, tornando "inútil" a reabertura das inscrições.

"Enquanto a decisão estiver em vigor, tem que ser cumprida [...] Somente se o Tribunal Regional Federal cassar a liminar é que poderá haver desobrigação do cumprimento. Hoje o sistema deveria estar aberto para cumprir a decisão. Ele [MEC] tem que colher as inscrições e inscrever as pessoas. Como será pago, é uma disputa que vem em seguida, é uma questão de opção governamental", disse.

O presidente da OAB acrescentou que, caso se verifique que o governo esteja descumprindo a decisão e vetando novas inscrições, o Conselho Federal do órgão deverá discutir, em reunião no próximo dia 18 de maio, se entra com uma ação por crime de desobediência contra o responsável pelo programa, por descumprimento de decisão judicial

"É uma das medidas que podemos tomar. Se continuar com esse crime de desobediência, uma das medidas certamente é buscar responsabilização da autoridade notificada para cumprir. Me parece ser o ministro da Educação foi a autoridade notificada. Ele tinha que determinar o cumprimento, mandar abrir as inscrições e depois ele resolveria como dar cabo a essas inscrições, como pedir suplementação orçamentária, como realocar recursos", afirmou.

#### **Prazo encerrado**

A inscrição para estudantes que queriam ingressar no programa pela primeira vez terminou no último dia 30 de abril. No dia seguinte, porém, a Justiça Federal de Mato Grosso determinou prorrogação do prazo por tempo indeterminado em todo o país. Na decisão, o juiz Rafael de Almeida Carvalho acolheu argumento da Defensoria Pública da União, que apontou que muitos alunos não conseguiram se inscrever por falhas no sistema.

Mesmo com a decisão judicial em sentido contrário, o site do Fies tem recusado novos contratos, com a seguinte frase: "o prazo para inscrição no Fies encerrou dia 30.4.2015".



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Questionado nesta segunda sobre o assunto, o ministro Renato Janine Ribeiro disse que o governo teria até cinco dias para recorrer da decisão judicial a partir da notificação ao MEC, que ocorreu nesta segunda às 19h.

"Entendemos que, não havendo mais recursos, a reabertura do sistema seria meio inútil. De qualquer forma, nós ainda não fomos notificados, mas vamos recorrer", afirmou.

Em visita ao Supremo Tribunal Federal nesta terça (5), o presidente da OAB disse que o ofício entregue na Presidência foi um "apelo" para que o ajuste fiscal promovido pelo governo não afete os programas educacionais.

"Veja que o slogan do governo da presidente é Pátria Educadora. Então fizemos um apelo para que ela cumpra esse slogan e a própria Constituição da República. Acho que a sociedade civil brasileira não concorda com essa postura do governo. Sei da importância do ajuste fiscal para o Brasil, mas nós entendemos que na educação, não", disse Marcus Vinícius.

Ele acrescentou que, caso novas verbas não sejam destinadas ao programa, a OAB também pode, além da ação por crime de desobediência, ajuizar uma ação no STF determinando a aplicação de mais recursos no programa. "Mas esperamos não ser necessária essa medida e a presidente, por sensibilidade, acolhendo o desejo da sociedade brasileira, aplique esse acréscimo de recursos no Ministério da Educação", concluiu o presidente da OAB.